

Ultraconservadores da Polônia caminham para reeleição em meio a temores de endurecimento

André Duchiadé
12/10/2019



Com elevados gastos sociais e inflamada retórica anti-LGBT, Lei e Justiça novamente obter maioria absoluta.

Quatro anos depois de se tornar o primeiro partido da Polônia a conquistar sozinho maioria no Congresso desde a redemocratização em 1989, o ultraconservador Lei e Justiça (PiS) é favorito para repetir a dose neste domingo, quando o país do Leste europeu realiza eleições parlamentares.

Temores de um endurecimento autoritário não prejudicaram para grande parte do eleitorado a popularidade da sigla, cuja plataforma se baseia numa combinação de elevados gastos em programas sociais, possibilitados por um expressivo crescimento econômico, e valores fervorosamente nacionalistas e religiosos, com uma cada vez mais virulenta retórica anti-LGBT.

O partido lidera todas as pesquisas de opinião, consolidando-se, nas últimas semanas, em 47% das intenções de voto. Sozinho, o partido tem percentual de votos equivalente ao de toda a oposição, dividida entre a centrista Coalizão Cívica — do presidente do Conselho Europeu Donald Tusk —, com 28%; entre a coalizão de três partidos chamada Esquerda, com 12%; e a centro-direitista Coalizão Polonesa, que tem 6%.

Caso o PiS tenha mais de 45%, o que é esperado, o sistema eleitoral polonês possibilitará ao partido formar uma maioria no Parlamento de 460 assentos e governar sozinho, com a continuação no cargo do primeiro-ministro Mateusz Morawiecki. Caso este índice não seja alcançado e a oposição supere o PiS, os três partidos provavelmente formarão uma coalizão, como o fizeram durante as eleições para o Parlamento europeu, em maio, quando tiveram 38%, contra 45% do PiS.

Há, ainda, a chance da sigla de extrema direita Confederação — cujo líder, o ex-deputado Janusz Korwin-Mikke, é conhecido por ter questionado a inteligência de mulheres e se elas deveriam votar —, de posições abertamente homofóbicas e racistas, superar a cláusula de barreira de 5%, o que a permitiria chegar ao Parlamento. Se isto acontecer, nem o PiS e nem a oposição devem ter maioria para governar. Embora o Lei e Justiça tenha descartado uma coalizão com a Confederação, a quem acusa de ser pró-Rússia, esta possibilidade não deve ser descartada.

Perto da Hungria, longe da Europa

Em seus quase quatro anos no poder, o PiS foi denunciado por conduzir a Polônia por um caminho autoritário, cada vez mais próximo ao da autoproclamada “democracia iliberal” Hungria e cada vez mais distante do das democracias da Europa ocidental.

O partido mudou a composição de diversos tribunais do país para incluir juízes amigáveis à sua agenda. Canais de TV estatal foram fortemente aparelhados e se tornaram uma ferramenta de propaganda oficialista. Direitos das mulheres e de saúde reprodutiva foram restritos, com tentativas de se interromper a venda de anticoncepcionais e de se proibir completamente o aborto. O partido também se recusou a investigar denúncias de pedofilia na Igreja, um de seus apoiadores.

— O Lei e Justiça emprega uma oposição aberta a valores da Europa ocidental como uma ferramenta de mobilização política, atacando alvos como direitos LGBT e a integração europeia — afirmou Rafał Pankowski, sociólogo e cientista político no Collegium Civitas, em Varsóvia.

O partido baseou esta campanha em uma inflamada retórica contra direitos LGBT, que descrevem como uma ameaça aos valores tradicionais católicos e poloneses. O casamento gay não é permitido no país, e o discurso oficial anti-LGBT, mais frequente desde as eleições para o Parlamento Europeu em maio, é acusado de instigar atos de violência, como os vistos

durante uma marcha pelo orgulho gay na cidade de Białystok, em julho, quando participantes de uma contramarcha atacaram os manifestantes.

— [Os direitos LGBT] são um ataque contra a família, e a família é a fundação da civilização polonesa — disse Jarosław Kaczyński, presidente do PiS e líder de fato do país, em um comício em Krosno na semana passada. — A jornada desde uniões civis até a adoção de filhos, passando pelo casamento gay, é uma que [a oposição] certamente fará. Assim o farão, para destruir nossa cultura. Destruir o que é a base da nossa vida, de nossa existência e de nossa sobrevivência. Porque a família também é a base da nossa sobrevivência, não apenas no sentido biológico, mas também em um sentido cultural.

Bem-estar social

Ao lado da pauta de valores, o partido adotou uma série de políticas de bem-estar social, uma das promessas-chave de 2015. Desde 1992, o país vive um crescimento ininterrupto, num dos mais duradouros ciclos já registrados. Desde 2014, o país cresce sempre acima de 3%, e em 2018 o crescimento ficou em 5,1%, segundo o FMI.

A principal bandeira durante o primeiro mandato foi a adoção de um pagamento de 500 zlotys (R\$ 524) por criança para cada família que tiver dois ou mais filhos, o que, em caso de famílias grandes, significa um salário adicional. A política — que, em uma profecia que até aqui se mostrou errada, alguns economistas diziam que seria insustentável — se expandiu neste ano para incluir todas as crianças até os 18 anos.

Caso vença as eleições, o PiS prometeu, além do aumento das aposentadorias, que irá subir o salário mínimo, hoje em 2.250 zlotys (R\$ 2.360), para 4 mil zlotys (R\$ 4.195) até 2023, um aumento de 78%. Os líderes do partido dizem que isto irá beneficiar trabalhadores e mudar radicalmente o modelo econômico do país, baseado no trabalho barato e em baixos salários. A dois meses das eleições o Parlamento aprovou a isenção de impostos para menores de 26 anos que ganham 85.528 zlotys por ano (R\$ 89.698), a maioria do país.

A fraqueza da oposição, que carece de um líder, favorece a vida do Lei e Justiça, que se viu imune mesmo a escândalos de corrupção. Em agosto, descobriu-se que o então presidente da Câmara dos deputados, Marek Kuchcinski, usou aviões privados do Executivo para viagens privadas. Dias depois, soube-se que o vice-ministro de Justiça, Lukasz Piebiak, empreendeu uma campanha de difamação contra magistrados críticos à reforma do sistema judicial, incluindo notícias falsas em redes sociais. Ambos os casos não prejudicaram a imagem do Lei e Justiça.

Nos mapas eleitorais, o partido domina, às vezes de modo arrasador, as regiões mais rurais do sul e do oeste do país, enquanto os redutos liberais e democratas se situam ao Leste e no Norte, incluindo a capital Varsóvia, onde o Lei e Justiça costuma perder. A candidata da Coalizão Cívica a primeira-ministra, Malgorzata Kidawa-Blonska, é uma política com mais de 20 anos de experiência. Como o sistema polonês redistribui os votos dos partidos que tem menos de 5% para as mais fortes, há chance de uma coalizão, embora frágil, emergir das forças opositoras.

O mais provável, contudo, é uma nova vitória do Lei e Justiça, cuja consolidação no poder pode levar a uma erosão cada vez maior da democracia polonesa.

— Há uma crise profunda, com muitas pessoas desorientadas sobre seus valores e um alto nível de discursos públicos de ódio — afirmou Pankowski, o cientista político. — Mas a Polônia nem sempre foi um país intolerante. Foi um dos primeiros países europeus a descriminalizar a homossexualidade, na década de 1930, e, até a Segunda Guerra Mundial, era um país muito diverso. Esta monocultura e esta polarização étnica são recentes.

<https://oglobo.globo.com/mundo/ultraconservadores-da-polonia-caminham-para-reeleicao-em-meio-temores-de-endurecimento-1-24012505>